

Eleições de 2002: candidatos e programas

Marcelo de Paiva Abreu

Os resultados das eleições municipais certamente terão implicações relevantes sobre o processo de lançamento de candidatos à Presidência da República, em outubro de 2002. Especialmente em São Paulo, os resultados poderão ter conseqüências decisivas sobre candidaturas de políticos que terão que faze-las decolar a despeito de serem considerados “ruins de voto”. Os resultados em Fortaleza poderão enfraquecer, embora provavelmente apenas de forma temporária, a candidatura de Ciro Gomes. Mas, análises preliminares de viabilidade de pré-candidatos não devem exagerar na visão “realista”, limitando-se ao exame de nomes de candidatos, e só subsidiariamente preocupadas com a comparação de programas alternativos de governo. Parece razoável complementar análises ditadas pela real politik, tal como entranhada nas percepções da classe política, com a tentativa de definição de que programa de governo poderia melhor servir os interesses do povo brasileiro. Afinal, o voto, em última instância, deveria ser definido com base em dois tipos de avaliação: a qualidade dos programas alternativos apresentados e a presumida capacidade de cada candidato efetivamente levar adiante o programa proposto.

Pelo menos um ponto parece definido: a atual oposição ao presidente Fernando Henrique demonstra estar firmemente disposta a disputar pela quarta vez consecutiva a Presidência da República sem um programa econômico que mantenha compromisso sério com a racionalidade. O mote da campanha poderia ser “mais de tudo”. O recente episódio relativo ao plebiscito da dívida externa mostrou a desalentadora persistência em erros do passado. Se for vitoriosa, a oposição terá que enfrentar, no curto prazo, a penosa confrontação aritmética entre as suas aspirações e os limites do possível.

Embora muito tenha sido feito pelo atual governo, a agenda de reformas econômicas estruturais pendentes é longa e deve ser a base para programas de candidatos que busquem coerência com os quadriênios anteriores. Em posição central, uma reforma tributária que abandone contribuições que geram ineficiência alocativa ao incidirem sobre valor de transações, folha salarial ou valor da produção. O excesso de carga tributária deve ser evitado, sendo essencial que sejam concentrados esforços no uso mais eficiente dos recursos disponíveis. Parte importante deste esforço é insistir na reforma do sistema previdenciário do funcionalismo público, com a remoção, pelo menos na margem, das suas notórias distorções em relação ao sistema INSS.

Mas há outros pilares programáticos a destacar. A persistente fragilidade externa da economia brasileira sugere a insuficiência de “políticas” de exportação baseadas em manifestações de intenções e inexistência de instrumentos eficazes de incentivo. Reduções adicionais são prováveis, inclusive porque em 2005 deverão estar concluídas as

negociações quanto à Alca. É crucial que seja viabilizado o crescimento rápido e sustentado das exportações. Para isto é importante que não haja restrições a créditos de exportação, mesmo que isto implique alteração radical da estrutura de financiamentos do sistema BNDES. Por outro lado, pode haver escopo para o uso de subsídios que caracterizem a remoção de distorções entre custos e benefícios sociais e privados, tais como os relativos a ciência e tecnologia, meio ambiente, e, com as cautelas devidas, desenvolvimento regional.

No quadro das políticas sociais, a concentração de gastos em educação parece consensual, mas o esforço seria menos oneroso se houvesse maior efetividade na busca de objetivos efetivamente redistributivos. Políticas baseadas em equidade requereriam, por exemplo, significativa reforma do sistema universitário público, notório concentrador de renda, e a ênfase em gastos nos níveis pré-universitários. De forma similar, a concentração de recursos em saúde pública deveria ser acompanhada de grande ênfase na maior eficácia no uso de recursos, ponto reconhecidamente fraco da experiência brasileira.

Houve muito progresso quanto à privatização, mas também há uma herança comum a todos os setores relacionados à infra estrutura quanto à necessidade de recauchutagem das instituições reguladoras, que estão demonstrando padecer de falta de autonomia, poder de coerção, ou clareza de objetivos no balizamento das ações das firmas que exploram serviços de utilidade pública. Igualmente, deve ser feito esforço para discutir racionalmente o futuro da política energética em um quadro de maior participação do capital estrangeiro. A desregulação dos mercados de combustíveis exigirá o reexame do papel da Petrobrás e de suas relações com o governo federal. Da mesma forma, a postura de considerar como tabús políticos a reformulação do escopo de atividades do Banco do Brasil, ou o seu controle, não parece sustentável. Cabe decidir se a sociedade e o erário público estão dispostos a arcar com os custos implícitos na manutenção do atual arranjo institucional. Por outro lado, setores inteiros ficaram à margem do processo de privatização e reforma das instituições regulatórias, como é o caso do transporte aéreo e dos aeroportos. Em uma sociedade democrática não há justificativa para o controle militar de atividades civis. As obrigações relacionadas à defesa do território nacional já pareceriam oferecer desafio considerável às forças armadas, especialmente à luz dos desenvolvimentos recentes na América do Sul. De fato, o combate ao crime, ponto crucial de um programa efetivamente popular, tem implicações internacionais de grande importância, em vista do papel crucial das drogas. A atual postura dos EUA quanto ao seu papel nas regiões produtoras de drogas sugere que este será um tema espinhoso por longo período. A defesa equilibrada da soberania nacional será tema central na agenda de governos nas primeiras décadas do século e, portanto, item essencial de um programa de governo convincente e eficaz.

*Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.